



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (36); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Alfredo Gulín, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

- SR. LÚCIO MACHADO – Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Senhores Deputados, para verificação de “quorum”.

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados. (Pausa)

Responderam a chamada 34 Srs. Deputados.

Há número para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 181/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 36/77, ex-Proposição número 275/77 – aprova o termo de convênio e respectivo termo aditivo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com intervenção das entidades ali nominadas, objetivando regular aplicação de recursos aos programas de treinamento de Executivos conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dai 19, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 149.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvido o Plenário, seja dado regime de urgência ao Projeto de Lei número 40/77, que nesta Casa tramita, e que autoriza o Poder Executivo a doar à Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, imóvel situado naquele município, à Rua Tiradentes número 5, fazendo esquina para a Rua Dr. Lindolfo Pessoa, sob número 1, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, em 4 de abril de 1930, no Livro 3-A, fls. 364 e número de ordem 7.334.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) ALFREDO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvido o Plenário, seja dado regime de urgência ao Projeto de Lei número 67/77, que nesta Casa tramita, e que declara de utilidade pública a Associação

Metodista de Assistência Social - A.M.A.S. com sede em Morretes, neste Estado.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) ALFREDO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e na qualidade de Presidente da Comissão Especial para apurar denúncias na Penitenciária do Ahú, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a dilatação do prazo previsto para a conclusão de seus trabalhos, para até o final da presente Sessão Legislativa, na forma do artigo 36, b), do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado voto de louvor aos Funcionários da Câmara Municipal de Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA ;

No início deste mês, a Câmara Municipal de Cascavel aprovou a proposição do vereador Valmor José Beux, pela qual, o Poder Legislativo daquela cidade se congratulava com seus funcionários, pela eficiência de seus serviços.

Realmente, entre as diversas atividades desenvolvidas pelos servidores, destaca-se a recomposição da história da Câmara, hoje cognominada Palácio XIV de Dezembro.

Essa tarefa, dificulta sobremaneira em razão da destruição total do prédio da Prefeitura por incêndio, no final da gestão Helberto Schwartz, em 1960 e da perda parcial de seus arquivos, danificados pelo fogo em posterior sinistro.

JUSTIFICATIVA ;

A queima do Fórum de Cascavel, em setembro de 1968, pode ser apontada como outro obstáculo no trabalho desenvolvido por esses zelosos funcionários, pois, após essa ocorrência, este passou a funcionar na própria Câmara, dificultando o normal desenvolvimento de suas atividades.

O correto atendimento a todos os vereadores, com presteza e cortesia, sem distinção dos Partidos a que estejam filiados e o aprimoramento para conduzir cada vez melhor as tarefas que lhes são confiadas, foi pessoalmente constatado por este parlamentar.

Tanto assim, que o aperfeiçoamento técnico dos funcionários em tela vem destacando a liderança nesse setor e seus préstimos vêm sendo solicitados por outras Câmara de Municípios vizinhos, que não raramente se socorrem dessa qualificada assessoria.

Por essas razões, endossamos desta Casa a manifestação de apoio e reconhecimento que lhes foi prestada pelo Poder Legislativo da Capital do Oeste, almejando à equipe dirigida por HEITOR JORGE a continuidade dos proveitosos resultados obtidos em razão da união de esforços de cada um desses dignos servidores públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, tendo em vista as denúncias formuladas por associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conseqüentemente contribuintes do Funrural dos Municípios de São Jorge do Ivaí e Mariluz, requer oficie-se

ao Dr. Amosis Correia de Freitas, Diretor de Convênios Assistenciais do Funrural em nossa Capital (Rua Mal. Deodoro, 1290, 2o. andar), solicitando urgentes providências no sentido de que os trabalhadores rurais, especificamente dos municípios mencionados e de modo geral de todo nosso Estado, consigam melhor atendimento por parte dos hospitais próprios de seus municípios ou mesmo pelos credenciados pelo Funrural.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Os documentos anexados ao presente requerimento atestam dois casos de absoluta falta de responsabilidade por parte dos senhores médicos que atendem nos referidos hospitais.

O primeiro deles, ocorrido já em 1975, com o associado Dovílio Darici, quando procurou atendimento médico para seu filho menor Robson Carlos Darici, e, conforme comprovam os documentos apensos ao presente, obrigou-se a locomover-se até Maringá em busca de socorros urgentes, pela falta da atenção dos responsáveis pela instituição em São Jorge do Ivaí.

O problema foi-me encaminhado, porém, entendi ser conveniente, encaminhar o caso por vias administrativas, e segundo informações recebidas, até o momento, não houve qualquer solução.

O segundo caso, vem a nosso conhecimento, também com comprovantes que fazem parte do presente requerimento, denunciando fatos idênticos no Município de Mariluz.

Urge portanto, medidas drásticas da direção do Funrural, visando por fim a tais acontecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a atenção daquela Pasta para problemas que, diariamente, surgem no necrotério do Instituto Médico Legal e em diversos nosocômios desta Capital e possivelmente, do interior do Estado, onde a ganância de Empresas Funerárias, aliadas à irresponsabilidade de alguns funcionários, vêm causando criminosos transtornos para a liberação de corpos e sepultamento de cadáveres, fato que vem infringir flagrantemente dispositivos contidos no Capítulo II - "DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS" - contidos nos artigos 209 a 212 do Código Penal Brasileiro.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Constantemente o povo de nosso Estado fica estarrecido com os fatos relatados nos jornais a respeito do que acontece em diversos hospitais, quando empresas funerárias fazem pre- valecer, à força, o comércio sobre o bom senso e o respeito que todos devem ter aos mortos.

Infelizmente, esse desrespeito, conforme constatamos pessoalmente, já atingiu até o necrotério do I.M.L.

No mês de julho, um cidadão oriundo de Cascavel procurou, desesperado, auxílio em nosso Gabinete, para proceder o sepultamento de seu filho, o que estaria sendo impedido há mais de 48 horas, em razão de conchavos entre funcionários do necrotério e empresas funerárias, inclusive com a retenção de documentos da criança falecida.

Poucos dias antes, toda a imprensa do Paraná estampava em seus noticiários a macabra maratona desenvolvida por duas funerárias em disputa de um cadáver, invocando para tanto, como aconteceu no episódio por nós sentido e presenciado, o "direito de plantão".

Segundo se depreende, com a escala de plantão, algumas funerárias se julgam com o direito de cobrar qualquer preço pelos seus serviços, a reter documentos necessários ao supultamento; e invadir domicílio alheio; a violar e profanar urnas funerárias, enfim, até a impedir e perturbar enterros e cerimônias funerárias.

Quanto aos fatos ocorridos no I.M.L. há poucas semanas, ressalte-se que deve ser problema desconhecido de seus diretores, pois, ainda ontem, o mesmo cidadão que fora expulso naquela ocasião, foi alvo das maiores atenções e sepultou sem quaisquer despesas outro filho que teve a infelicidade de perder.

Por essas razões, solicitamos ao Sr. Secretário de Segurança que aplique, severamente, as normas contidas nos artigos 209 a 212 do Código Penal Brasileiro, adiante transcritos, toda vez que ocorrer desrespeito aos mortos, a iniciar pelos estabelecimentos construídos e mantidos pelo povo de nosso Estado.

"Capítulo II - Dos crimes contra o respeito aos Mortos. Impedimento ou Perturbação de Cerimônia Funerária Art. 209 - Impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária.

Pena, detenção, de um mês a um ano, ou multa, de cinquenta centavos a três cruzeiros.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

Violação de Sepultura.

Art. 210 - Violar ou profanar sepultura ou urna funerária.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa, de cinquenta centavos a três cruzeiros.

Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver.

Art. 211 - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele.

Pena: reclusão, de um a três anos, e multa, de cinquenta centavos a três cruzeiros.

Vilipêndio a Cadáver

Art. 212 - Vilipendiar cadáver ou suas cinzas.

Pena - detenção, de um a três anos, a multa de cinquenta centavos a dois cruzeiros".

Por outro lado, ao que se sabe, no próprio Hospital de Clínicas ocorreu um fenômeno inédito.

Um cadáver de indigente foi "vendido" e o fato teria ficado constatado quando o corpo de um homônimo foi procurado naquele hospital, estabelecendo então o conflito, surgindo assim o pânico.

É lamentável que tudo se desenrole com a aprovação das autoridades, que chegam a permitir convenções entre funerárias, com o que passam a ter direitos de realizar os féretros.

Isto é crise de autoridade, de austeridade e acima de tudo, o dismantelo da ordem e da segurança das próprias famílias das vítimas, além de alcançarem, esses fatos, os ilícitos de economia popular, em concurso com os capitulados nos institutos do Código Penal antes citados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No primeiro ano deste meu mandato legislativo, recebia já uma denúncia de sindicalizados rurais com referência ao atendimento dos hospitais no Funrural existente no interior e mesmo nos hospitais credenciados pelo Funrural para aten-

dimento aos associados do sindicato.

Procurei encaminhar estes problemas sempre de forma administrativa.

Um caso concreto, por exemplo, ocorrido em São Jorge do Ivaí, onde um sindicalizado, o Sr. Duílio Darici, procurando um médico responsável pelo hospital do Funrural, para atendimento de um filho seu, foi atendido e teve a consulta cobrada, no horário de expediente que deveria ser dada consulta através do Funrural.

O contribuinte exigiu então que lhe fosse dado recibo da consulta e o recibo foi passado.

Voltou novamente o mesmo cidadão a procurar o referido médico para que desse continuidade ao tratamento porque a criança não melhorara.

Foi, segundo suas declarações, mal recebido.

Porque, dizia o médico, que não poderia atender aquele caso através dos hospitais e dos recursos do Funrural, que era mais fácil para ele se dirigir ao seu hospital e à sua clínica particular.

Dirigiu-se então o cidadão à Maringá, e seu filho lá foi tratado, gastando o lavrador cerca de cinco mil cruzeiros para o tratamento de saúde de seu filho.

Tratamento que tinha direito através do Funrural.

Esta denúncia chegou ao nosso conhecimento.

Encaminhamos o reclamante ao Funrural aqui, em Curitiba, e lá foi aberto até o inquérito administrativo.

Mas nenhuma solução chegou até esta oportunidade com referência ao problema.

Chega-nos agora ao conhecimento, além de outros de menor importância, um referente ao hospital do Funrural na cidade de Mariluz onde o mesmo processo com outro médico, em outro hospital, outro local de nosso Estado, ocorreu.

Uma paciente procurou o hospital do Funrural.

Lá, o médico deu apenas uma receita de algum remédio e disse que não havia nada.

Insistiu o marido da doente que sua esposa estava mal e precisava de internamento.

Foi, conforme suas declarações, maltratada, também não atendida.

Receoso que algo mais pudesse ocorrer com a saúde da esposa, dirigiu-se a outro hospital da cidade, e constatou-se lá segundo atestados, que tenho em mãos e encaminharei à Mesa, que esta senhora estava com tétano em uma das mãos e se não fosse atendida urgentemente, iria morrer.

Como estes dois casos, outros tantos têm chegado ao conhecimento deste Deputado.

Mas estes dois, com os documentos, pretendo através de um requerimento, encaminhar, através de ofício desta Casa ao Dr. Hamosis Correia de Freitas, Diretor de Convênios Assistenciais do FUNRURAL, para que este verifique a veracidade dos fatos e procure, com sua atuação, corrigir estes problemas.

Porque não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os nossos trabalhadores rurais tenham que contribuir apenas, e, quando precisam, quando necessitam do atendimento médico, sejam atendidos apenas com o médico a 2m. de distância, sem examinar de fato os seus pacientes.

Não fora a intervenção de um irmão da doente neste caso de Mariluz, por certo ela teria morrido porque seu braço já estava totalmente infeccionado e com dificuldades até de mover-se.

É preciso, Sr. Presidente, que esta Casa fique informada através de resposta que por certo virá, a este requerimento, do porquê acontecem estas coisas com o nosso pobre trabalhador rural.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero encaminhar um requerimento à Mesa, solicitando o consenso desta Casa para deliberar sobre um voto de louvor aos funcionários da Câmara Municipal de Cascavel, e um outro, que era para deliberação na sessão de ontem referente a um ofício da Secretaria de Segurança Pública, relativamente ao problema de funerárias de nossa cidade.

Sr. Presidente, o assunto primordial da nossa subida a esta tribuna, prende-se ao fato que para nós é fato novo e novíssimo:

Finalmente caiu a aposentadoria de valor inferior ao salário-mínimo que quantas vezes debatemos com veemência, aqui desta tribuna.

Foi com grata satisfação, que tomamos conhecimento da importante decisão que o Tribunal de Contas deste Estado tomou, ao julgar o processo de aposentadoria por invalidez, de Júlia Sandowski Germakowski, a qual havia sido fixada em Cr\$ 5.132,16 anuais, ou seja, Cr\$ 427,68 mensais, quando, o mínimo salário exigido na Constituição, é, hoje, baseado no regional, de, Cr\$ 1.027,20.

Com esta memorável decisão, justiça está sendo feita e vislumbra-se a possibilidade de ser atendido o apelo que fizemos desta tribuna em 5 de novembro de 76 e outros pronunciamentos, pois, desde o início do nosso mandato temos, reiteradamente, enviado expedientes ao Sr. Governador do Estado, solicitando que fossem cumpridos dispositivos do artigo 78 da Carta Estadual, que estabelece o seguinte:

“Os funcionários públicos não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário-mínimo fixado para a Capital do Estado, observando-se quanto aos operários dos serviços públicos, o salário mínimo regional.”

Alertávamos naquelas oportunidades, que, o fato da Constituição mencionar vencimentos e não, proventos, pouco importava, valendo o espírito da lei que, sem dúvida, tem por objetivo proporcionar o mínimo necessário para a sobrevivência dos servidores quer em atividade, quer aposentados, devendo-se levar em conta, a favor destes últimos, que já não mais estão em condições de sustentar-se pelo trabalho próprio, pois ou são inválidos ou muito idosos, condições previstas para as aposentadorias proporcionais.

Desta forma, foi com lucidez que o Tribunal de Contas resolveu dar proteção a uma aspiração legítima dos seus servidores.

Encontrou ainda o Tribunal de Contas do Estado, para fundamentar a sua tese vitoriosa, reforço na tão discutida Constituição Federal que ainda proclama alguns princípios de Direito Social que estão válidos por uma condição de princípio.

Resta, agora, que o Governo do Estado não venha a criar embaraços para que este julgado possa ser cumprido, procedendo, de imediato, a revisão dos cálculos de proventos dos seus servidores em inatividade.

Malgrado os escombros dos últimos ventos que sopraram as decisões recentes do caso PROBLEM, ao Tribunal de Contas do Estado nossas homenagens pela firmeza e independência demonstrada nessa louvável decisão que realmente busca o cumprimento da lei, procedimento que deveria servir de paradigma para todos os decisórios que tocam de perto as portas de sua competência.

Já era tempo de surgir julgados dessa Corte com relação aos proventos dos inativos, ou até mesmo dos que prestam serviços ao Estado, ainda que não estejam na inatividade.

Se o princípio é constitucional, consagrado, e que constitu

direito adquirido, não há como fugir ao seu cumprimento.

Resta saber se o jejuno encarará com retidão e justiça a sentença que dirime qualquer laivo de interpretação palaciana de caráter parcimonioso.

Não é raro o Executivo fazer confronto entre dispositivos constitucionais e leis que lhe são subordinadas, e o que é pior, nesse pseudo conflito não escapa à imaginação até dos leigos que o Estado prefere julgar e decidir em favor da preservação do seu Tesouro.

Outro aspecto que o preceito constitucional proclama é o fato de não fazer distinção entre o funcionário ativo e o aposentado, e ao tratá-los com equidade, quis estabelecer com integridade o princípio da justiça, pela qual todos são iguais perante a lei.

Essa decisão do Tribunal de Contas confere aos titulares desse direito, a segurança de que tantos carecem, e pela qual aqui temos levantado a nossa voz em várias oportunidades.

Agora surge a sucumbência que o Governo vinha pondo aos funcionários desde há muito tempo.

Cabe, pela oportunidade do momento, lembrar aqui a célebre frase de Machado de Assis: “O imprevisto é uma espécie de Deus avulso que, às vezes, tem voto secreto na Assembléia dos Acontecimentos”.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se dependesse da atuação do Sr. Eudes Brandão, diretor do Instituto de Identificação do Paraná, os laços de amizade que nos une a Portugal, já teriam sido desfeitos.

Intratável e inacessível, desrespeita as mais elementares regras sociais, e vale-se de expedientes nada elogiáveis, Srs. Deputados, para fugir ao cumprimento das atividades que lhe são impostas pelo cargo que ocupa.

Todo paranaense conhece a ferrugem que atravanca o serviço de identificação, principalmente o setor de expedição de cédulas de identidade.

A “via crucis” do requerente, do interessado, principia nos balcões, onde o atendimento chega a ser descortês e, até, ofensivo e continua com os indefectíveis — “só daqui a 30 dias”; “ainda não está pronto; volte na semana que vem, ou no mês que vem” etc.

Toda sorte de impecilhos são criados, ainda, na repartição destinada à prestação de serviços a estrangeiros.

Enquanto, Srs. Deputados, na Secretaria de Justiça, o Sr. Antônio Lopes Júnior, desdobra-se na campanha encetada para processamento de naturalização, prestando ótimo e sério atendimento, o mesmo não ocorre no Instituto de Identificação.

Semanas atrás, uma família de Moçambique, expulsa de suas terras pelo comunismo que lá impera, decidiu-se, como centenas de outras, procurar guarida na Pátria Viva da Nação Brasileira.

Há mais de 15 dias debate-se a família, para regularizar sua permanência em nosso País.

Sediados na cidade de Maringá, destituídos de quaisquer recursos, já que suas posses foram sequestradas pelo regime que domina Moçambique, sofrem as agruras impostas pelo excesso de burocracia e de ociosidade que impera no Instituto de Identificação, orientado pelo Sr. Eudes Brandão.

A despeito de tratado firmado entre Brasil e Portugal que elimina uma série de exigências impostas a outros países, como maringense e, mais como brasileiro, sinto-me envergonhado, ante o relato que me foi exposto pelo casal moçambicano, acompanhado de 3 filhos em idade escolar.

Envergonhado, pela falta de educação de um patricio que se recusou, simplesmente a recebê-los em seu gabinete

de trabalho.

Contristado pela situação financeira deles, obrigados que estão sendo a efetuar seguidas viagens para Curitiba, depois de terem descido 2 vezes a Paranaguá, para atendimento a exigências das mais estúpidas, entre as burocráticas imposições que assola este País, impedido de progredir.

Já existe, talvez, menos gente no campo produzindo, que nas salas e gabinetes, impedindo o desenvolvimento nacional.

Por isso, Sr. Presidente, eu termino propondo requerimento que expõe o seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscreeve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Ministro da Justiça, com a íntegra da denúncia formalizada na data de hoje, nesta Casa, e que dá conta do menosprezo e da desatenção do Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Paraná, para com os pretendentes aos documentos por ele expedidos e, principalmente para com os estrangeiros, sobretudo de origem portuguesa, alvos que são dos impecilhos burocráticos nele verificados.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA ;

Se dependesse da atuação do Senhor Eudes Brandão, diretor do Instituto de Identificação do Paraná, os laços de amizade que nos unem a Portugal, já teriam sido desfeitos.

Intratável e inacessível, desrespeita as mais elementares regras sociais e vale-se de expedientes nada elogiáveis para fugir ao cumprimento das atribuições que lhes são impostas pelo cargo que ocupa.

Todo paranaense conhece a ferrugem que atravança o serviço de identificação, principalmente o setor de expedição de cédulas de identidade.

A “via-crucis” do requerente, do interessado, principia nos balcões, onde o atendimento chega a ser descortês e continua com os infectíveis — “Só daqui trinta dias”, “ainda não está pronta”, “volta na semana que vem”, etc.

Toda sorte na Secretaria de Justiça, Senhor Antônio Lopes Júnior desdobra-se na campanha encetada para processamento de naturalização, prestando ótimo e célere atendimento, o mesmo não ocorre no Instituto de Identificação.

Semanas atrás, uma família moçambicana, expulsa de suas terras pelo comunismo que lá impera, decidiu-se, como centenas de outras, procurar a guarida da Pátria filha, da Nação Brasileira.

Há mais de 15 dias debatem-se para regularizar sua permanência em nosso País.

Sediados na cidade de Maringá, destituídos de quaisquer recursos, já que suas posses foram seqüestradas pelo regime que domina moçambique, sofrem as agruras impostas pelo excesso de burocracia que impera no Instituto de Identificação, orientada pelo Sr. Eudes Brandão, a despeito de tratado firmado entre Brasil e Portugal que elimina uma série de exigências impostas a outros países.

Como maringense, e mais como brasileiro, senti-me envergonhado ante o relato que me foi exposto pelo casal moçambicano, acompanhado de três filhos em idade escolar.

Envergonhado pela falta de educação de um patrício que se recusou a atendê-los em seu Gabinete de trabalho; contristado pela situação financeira deles, obrigados que estão sendo a efetuar seguidas viagens para Curitiba, depois de terem descido duas vezes à Paranaguá — para atendimento a exigências das mais estúpidas dentre as burocráticas imposições que assola

este País, impedindo-o de progredir.

Já existe, talvez, menos gente no campo produzindo, que nas salas e gabinetes impedindo o desenvolvimento nacional.

Era só, Sr. Presidente, — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Pausa). Ausente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. (Pausa) Não estando presente S. Exa., concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Analisando as notas da imprensa de nosso Estado, verificamos como sempre o triste episódio com exceção, é claro, de um dos jornais de maior circulação neste Estado, o episódio de pichamento, o episódio de retrocesso da verdade, o episódio de manifestação de interesses subjetivos de uma imprensa que deveria ter, acima de tudo, aquilo que é imprescindível à toda a imprensa sadia, a verdade.

Queremos render e tributar, nesta oportunidade, a nossa homenagem a seriedade do jornal “Gazeta do Povo”, que em síntese até resumida de nosso pronunciamento de ontem, levou a público aquilo que aqui expressamos a exemplo do 1.º Presidente Revolucionário, na oportunidade em que criticamos a Revolução por estar na sua fase de intelectualidade e há mais de treze anos; na oportunidade em que pedimos que os integrantes do Glorioso Exército Nacional volte aos quartéis.

Jornais de outros Estados, como “O Estado de São Paulo”, deu divulgação à notícia de nosso pronunciamento, enquanto “O Estado do Paraná”, que pode estar provado que está a serviço de grupos políticos e de uma reconciliação que jamais haverá entre o Sr. Paulo Pimentel e o Sr. Jayme Canet Júnior, Governador do Estado, usa de suas rinhãs, usa de suas colunas num trabalho estafante de pichamento deste Deputado, que saiba a imprensa que assim procede, que mandatos tenho ostentado e como homem público tenho me mantido de cabeça em pé, sem subvencionar imprensa que vive a serviço de agrupamentos políticos e de interesses subalternos.

Eu disse, afirmarei e continuarei a afirmar. Só respeito como imprensa sadia aquela que age com a posição dignificada de verdadeiros sacerdotes que oficiam no altar da paz.

Não tememos o pichamento de imprensa nenhuma.

Nunca temo o poder discricionário.

Nunca me amedrontou o poder econômico.

Aprendi a ser pobre, digno e honrado e ser capaz de contestar sempre que fôr necessário a violência formalizada por interesses mesquinhos.

Quando, antontem aqui se produzia um retrato macabro e deprimente a este Parlamento, este mesma imprensa dava destaque, como se estivesse a serviço da desmoralização da própria democracia.

Quando ontem pronunciávamos fundamentalmente pelo restabelecer da necessidade da democracia no País, este jornal, um dos de maior circulação neste Paraná, desvirtuando os objetivos de nosso trabalho, numa tentativa de servir naturalmente o interesse de seu grupo, usa de nosso nome como pichamento.

Fica aqui bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só temos um fato de dependente.

A dependência ao nosso povo; ao povo que tem confiado a nós os mandatos que temos tido nesta caminhada de 20 anos.

Não tememos o poder e muito menos aqueles que dirigem a imprensa que se serve, única e exclusivamente, para se manterem de pé perante uma política descontrolada que vem sendo mantida pelo próprio Partigo do Governo.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos justificam minha presença hoje, nesta tribuna: o primeiro deles, para lembrar à Casa que completa hoje, uma semana, a promessa solene e formal feita pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, líder do Governo, de que o Governo do Estado encaminharia, brevemente, o projeto de lei complementar que trata da aposentadoria dos Procuradores do Estado.

Sete dias se passaram e a promessa não foi cumprida.

O segundo, diz respeito a um tema que é, talvez, a característica mais assinalada do brasileiro.

Quero me referir ao futebol.

Se há uma nação cuja representatividade em termos de imagem no exterior é representada pelo futebol, esta nação é o Brasil.

Mas, infelizmente, o futebol brasileiro atravessa uma fase que não pode ser definida como esporte. Ao contrário, o que se vê hoje - não apenas no Paraná, mas em outros grandes centros também - é o desvirtuamento do futebol em si mesmo considerado. Deixou de ser o futebol a prática de esporte para se transformar na utilização da violência, como uma forma de querer exprimir a força em detrimento da própria técnica.

E aqui em nosso Estado, não bastassem as lamentáveis cenas que a imprensa tem tornado público, essas cenas se referindo exclusivamente aos próprios jogadores de futebol, alcançamos uma nova etapa nesse sentido de desvirtuar o futebol.

Agora também são atingidos, violentamente, os dirigentes esportivos, aos quais tanto deve o futebol paranaense.

Embora não seja eu torcedor do "Colorado Esporte Clube", como desportista, a obrigação, todavia, de trazer a esta Casa, em meu nome e em nome dos eminentes Deputados Erondy Silvério, ilustre desportista, Enéas Faria, Osvaldo Macedo e tantos outros que tomaram conhecimento do assunto que vou abordar, um desagravo público a um destes dirigentes que tem procurado servir ao esporte sem fazer disso profissão, ao contrário, realiza como uma missão de artista, até.

"As Diretorias do Conselho Diretor e do Grande Conselho Deliberativo do Colorado Esporte Clube, reunidas esta manhã em caráter extraordinário, tendo em vista notícias tendenciosas, procurando desunir a família colorada, através de informações não verdadeiras, injuriosas à pessoa do Presidente MAX ROSENMANN, vêm a público proclamar:

- I- Na noite de ontem, foram divulgadas, por veículo de informação, com expressões injuriosas, inverdades relativas à Direção do Colorado e, em especial, mediante ataques frontais à pessoa do Presidente do Conselho Deliberativo de nosso clube.
- II- Não tem qualquer procedência a notícia da existência de movimento de grupo de conselheiros com o propósito de depor o Presidente.
- III- Tal classe de injúria o Colorado tem recebido, infelizmente mais uma vez, justamente nas ocasiões em que o nosso Clube se agiganta, de sorte que é muito claro o propósito de alguns detratores de fomentar a desunião no seio da família colorada, através de agressões a diretores e principalmente aos Presidentes da entidade.
- IV- Nesta oportunidade, por unanimidade, ambos os Conselhos querem, hipotecando irrestrita solidariedade ao nosso Presidente Max Rosenmann, reunidos e em perfeita harmonia, refutar e repudiar tais manifestações perturbadoras da paz e da tranquilidade existentes em nosso Clube, onde todos os esforços estão sendo somados, pela união de todos os colorados, no sentido de atingir o nosso alto objetivo de classificação para o quadrangular, e de consequência, a conquista do título de campeão paranaense de 1977, que por certo não será do agrado dos contumazes detratores".

E em função disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome e em nome daqueles que já tive oportunidade de citar, faço um apelo primeiramente à Federação Paranaense de Futebol para que, de uma vez por todas, modifique a imagem distorcida com que se encontra figurando hoje o futebol paranaense. E também a todos aqueles que, nos diversos ramos de atividade, militam no esporte, façam com que as suas ações sejam dirigidas à construção e não à destruição do futebol paranaense.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) A Presidência confere a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, eu me havia inscrito para falar no Pequeno Expediente.

Por gentileza da liderança da bancada, me é concedido para posteriormente usar o tempo que é imposto pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há dias passados, nesta Assembléia, o brilhante Deputado Erondy Silvério, apresentou um projeto de lei ao qual nos associamos às benfeitorias a uma classe, à classe dos funcionários públicos.

Este projeto de lei diz respeito à modificação de uma lei que criou o Instituto de Previdência do Estado, o IPE. E ao comentarmos já este projeto de lei do Deputado, desta tribuna, dizíamos também que teríamos a oportunidade de voltar nesta semana a mostrar que, evidentemente, os funcionários do Estado em sua grande maioria, necessitam desta ajuda; mas disse que viria aqui também, mostrar que o Superintendente daquele Instituto não necessitava de tanta ajuda que se deu a ele; e, naquela semana, recebia eu, uma carta de uma funcionária do Instituto de Previdência do Estado, carta esta assinada.

Acompanhando esta carta que é uma denúncia, vieram alguns documentos que mostram que nem tudo vai bem naquele Instituto, razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler a carta que recebi de uma funcionária daquele Instituto: "Curitiba, agosto de 1977.

Senhor Deputado:

Pelo presente, passamos a relatar os seguintes fatos ocorridos no Instituto de Previdência do Estado:

1. INQUÉRITO ADMINISTRATIVO MODIFICADO

Em meados de fevereiro do corrente, foi instalada uma Comissão de Inquérito, sendo indiciados um motorista do Departamento Médico e uma Enfermeira. Para apurar os fatos, mandou o Superintendente em exercício na ocasião, pois o titular encontrava-se em Buenos Aires - Argentina, abrir inquérito administrativo, o qual foi presidido pelo Dr. Rachid Nasser, Advogado do IPE, que o conduziu com muita seriedade. Pelos depoimentos prestados pelos funcionários na ocasião, tornou-se pública a notícia que o tal inquérito comprometia muito seriamente o Superintendente. Esse, ao voltar de sua viagem, mandou que fossem amenizados os termos do inquérito, uma vez que comprometia seriamente a administração do IPE, pois a máquina datilográfica utilizada fora uma IBM, a qual possui dispositivos para tal operação. Desta maneira, ao invés de serem os dois funcionários envolvidos, postos na rua, nada lhes aconteceu, sendo a enfermeira acobertada e protegida com transferência para outra Secretaria, e o motorista continua no Departamento Médico do IPE.

2. IMPRESSOS PARA CAMPANHA POLÍTICA

Para fazer sua campanha política o Superintendente mandou funcionários MIMIOGRAFAREM, usando papel do IPE, 5.000 cópias do impresso cujo modelo está em anexo, para distribuir no IPE, quando o funcionário tem que pagar para tirar uma fotocópia de documentos, a quantia de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) em caso de necessidade.

(Este documento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está anexado à carta que recebemos).

3. OFERTA DE EMPRÉSTIMOS DIRIGIDA

O Superintendente enviou a Advogados da Procuradoria do Estado, Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juizes do Tribunal de Contas, Médicos do IPE, Promotores, Desembargadores aposentados, uma carta nos seguintes dizeres:

"Sirvo-me do presente para, com satisfação, comunicar a V. Exa. que até o dia 15 de maio do ano em curso, está aberto neste Instituto, o Empréstimo Simples, o qual tenho a honra de colocar em caráter pessoal, à sua inteira disposição".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de continuar a ler esta carta denúncia que recebemos, queremos mostrar que o Sr. Superintendente do IPE baixou uma portaria que o Diário Oficial publicou no dia 03 de agosto; portaria essa de número 515/77, em quem por força de outra portaria, determinou, na forma legal, regulamentar a abertura de processo administrativo, designando três servidores daquele Instituto, para apurar na área do Departamento de Aplicação de Capital, as irregularidades na concessão de empréstimo simples.

Continua ainda esta carta: — "Na hora de entregar os cheques do empréstimo, era o próprio Superintendente que aguardava em seu gabinete o beneficiário para comunicar a sua candidatura a deputado. Onde se encaixa a Lei Eleitoral neste caso?"

4. PASSAGENS AÉREAS

No ano de 1976, foram empenhadas passagens em nome de pessoas que nunca saíram de Curitiba e se saíram foi para tratar de assuntos particulares. As passagens são compradas sempre na Aeromar Turismo. As passagens, na hora do embarque, são trocadas de nome e destino, para pessoas que melhor satisfaçam o Superintendente e seu companheiro permanente, Sr. Álvaro de Souza, Diretor do Departamento Médico".

Os comprovantes das requisições aéreas foram enviados juntamente com a Carta, com o memorando do Sr. Superintendente, requisitando tais passagens.

5. INTERNAMENTO

Foi feito internamento em hospital desta Casa da funcionária do IPE, com cobertura do Superintendente e do Diretor Médico do IPE, constando o mesmo como médico cirúrgico, quando na verdade o Médico e Diretor do Departamento Médico do IPE é Pediatra".

Os comprovantes deste acontecimento também estão anexados à carta que recebemos.

6. REEMBOLSO HOSPITALAR DEFERIDO

Em fins de dezembro de 1974, o Superintendente do IPE marcou com um médico de São Paulo uma cirurgia e para lá se dirigiu com a finalidade de ser operado, sem nenhuma autorização antecipada do IPE, conforme rezava o regulamento médico do Instituto.

A sua despesa Médico-Hospitalar, de conformidade com a declaração assinada pelo médico que assistiu o paciente foi de Cr\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos cruzeiros). Sem o menor constrangimento, o Superintendente solicitou ao Conselho de Administração do IPE, o reembolso dessas despesas, o qual sem dúvida alguma, aprovou o pedido de reembolso".

O processo de reembolso do Superintendente do IPE, veio em fotocópia anexado à carta.

"7. REEMBOLSO HOSPITALAR INDEFERIDO

O mais triste foi o que aconteceu com a servidora da Secretaria da Fazenda, Dona Esther de Abreu, a qual tendo sido submetida a uma dolorosa intervenção cirúrgica, teve a sua perna amputada e, sem recursos para pagar as despesas médico-hospitalares, requereu ao IPE, tendo seu pedido indeferido, apesar de todas as justificativas apresentadas, inclusive atestado médico comprovando urgência".

Juntamente com a carta, veio uma cópia do processo desta Senhora, Servidora da Secretaria da Fazenda, Dona Esther de Abreu

Continua aquela funcionária do IPE, que nos mandou esta Carta-Denúncia:

"O problema da perda do direito ao reembolso, desde que não comunicado o internamento de urgência em 72 horas, tornou-se tão gritante, que o próprio IPE, através de seu Conselho de Administração, eliminou tal exigência, conforme Resolução número 133/75. Assim o direito ao reembolso hospitalar das despesas efetuadas, passou a ser condicionado tão só e exclusivamente à urgência do internamento, deixando de existir o prazo de 72 horas.

A Resolução 133/75, diz o seguinte:

Nos casos de internação hospitalar, ocorridos por força de urgência ou emergência, poderá o atendido requerer o reembolso hospitalar das despesas efetuadas, mesmo sem a retirada da guia respectiva dentro do prazo de 72 horas, nos locais onde a autarquia mantém agência, comprovada a emergência pelo Serviço de Revisão de Reembolso.

8. PERMUTAS DE CHEFIAS EM ÉPOCAS DE ELEIÇÃO

O Superintendente deu apoio a um candidato, e para conseguir que funcionários votassem em seu candidato, em Curitiba, usou e abusou de todos os meios, ameaçando, coagindo, não respeitando o direito que todo cidadão tem de escolher quem lhe aprovar. Antes e depois das eleições, usou de todos os cargos de chefia, inclusive de diretoria de departamentos, nomeando para responder por prazos, muitas vezes inferiores a 15 dias, funcionários semi-analfabetos, cantineiras, telefonistas, que jamais teriam condições de assumir a responsabilidade pelo que assinavam. Verificar (isto diz quem assinou a carta, a funcionários) as Portarias de nomeação de agosto de 1976 a janeiro de 1977 e ver a autenticidade da denúncia.

9. BOLSAS DE ESTUDOS

As bolsas de estudo para a Escola Maternal Nice Braga, devem destinar-se a filhos de funcionários, mas têm sido negados aqueles que mais têm necessidade, porém existem vários casos que a mando do Superintendente e que gozam da sua amizade, foram contemplados apesar de não serem pessoas necessitadas, existindo, inclusive, uma pessoa favorecida que nem funcionária pública é." E termina a carta Dona Arminda Rosita Bressan: "Esperando contar com o seu apoio para mostrar as "verdades" do Instituto de Previdência do Estado, atenciosamente subscrevo-me".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que se uma funcionária pública do Estado do Paraná, uma funcionária do Instituto de Previdência do Estado, tem a coragem de assinar tais denúncias, enviando à nossa pessoa, com documentação anexa, acredito talvez que possa existir alguma coisa de errado no IPE, no Instituto de Previdência do Estado.

O Poder Legislativo é um órgão fiscalizador do Poder Executivo.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

OSR. ADALBERTO DAROS — No final concederei.

A Constituição do Estado mostra que uma das atribuições privativas do Governador é nomear, exonerar diretores de autarquias. Sei que para se convocar secretários de Estado é necessário que esta Assembleia aprove tal convocação, mas entendo que o que pode mais pode menos, razão pela qual, antes de conceder aparte ao Deputado Erondy Silvério, gostaria de encaminhar à Mesa, dois requerimentos. O primeiro diz o seguinte. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio das notas taquigráficas deste pronunciamento, bem como das fotocópias numeradas e rubricas em anexo ao Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977".

Seria o primeiro requerimento, porque entendo que se esta Assembleia pode convocar Secretários de Estado, pode

convocar também Diretor de uma autarquia; o segundo requerimento, por entender que a responsabilidade da nomeação do Diretor do IPE, é do Sr. Governador. Leio o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, para que perante o Poder Legislativo esclareça as denúncias enviadas por funcionários daquele Instituto de Previdência.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977”.

Tem o aparte o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Nobre Deputado Adalberto Daros. Eu ouvi com atenção a leitura que V. Exa. fez de uma carta assinada por uma funcionária do IPE.

É evidente, que eu não vou entrar no mérito das acusações, fazendo uma defesa antecipada do Dr. José Maria de Azevedo, Superintendente daquele Instituto, embora ache e, V. Exa. como advogado sabe disto, que todo acusado tem direito à defesa. E, nós faremos a defesa do Sr. Superintendente, nesta Casa, porque eu tenho uma convicção pessoal, de que a maioria das acusações aí contidas, não correspondem à verdade, porque convivi, durante longos anos, com o então Vereador José Maria de Azevedo e pude aquilatar da correção do seu caráter, do desassombro de suas atitudes. E, nessa longa convivência eu vi em José Maria de Azevedo, um defensor intransigente dos interesses da coletividade curitibana.

Acho que um homem não pode mudar sua maneira de conduta em tão pouco tempo. Acho impossível que essas acusações sejam todas verdadeiras. E sabe bem V. Exa. que em todas as Secretarias de Estado, em todos os agrupamentos humanos, sempre existem os descontentes e, eu acredito que essa funcionária, realmente, possa ter queixas pessoais do Superintendente e utilize, V. Exa., para fazer acusações que, ao meu ver, são inverídicas. Uma delas eu já digo antecipadamente a V. Exa. que não é verdadeira a acusação de que teria o Sr. Superintendente do IPE se internado numa Clínica da Capital de São Paulo e submetido à intervenção cirúrgica sem a necessária autorização do próprio Instituto. Eu acompanhei o caso, e sei que ele foi levado a um especialista na Capital paulista, em estado de coma.

Então, quem entra em coma não pode mais solicitar licença para uma intervenção cirúrgica. Quanto ao reembolso, as despesas hospitalares, apenas exerceu um direito como associado daquele Instituto e como funcionário público.

Quero agradecer a atenção de V. Exa. em me conceder este aparte e me reservo, para, nas próximas sessões, comentar tópico por tópico a carta dessa funcionária.

Eu não quero dizer, antecipadamente, que não sejam verdadeiras as acusações. Agora, pelo conhecimento que tenho do caráter, da correção da atitude do Sr. Superintendente do IPE, coloco minhas dúvidas em diversas acusações.

O SR. ADALBERTO DAROS - Agradeço o aparte de V. Exa. e quero dizer ao Sr. Deputado que o respeito muito, que eu não gostaria de entrar no mérito, profundamente, em alguns problemas que esta carta traz mas, já que V. Exa. falou, quero dizer a V. Exa. que o documento assinado que eu tenho, por um médico de São Paulo, constata uma fratura e luxação; isto não dá no ar, Deputado...

O Sr. Erondy Silvério - V. Exa. me concede mais um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, nós aqui temos um médico presente, que poderá dizer ou não da existência das minhas palavras, o nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, aqui presente. Sabem que fratura em determinadas partes do corpo humano, podem realmente levar o paciente a estado de coma e que haja necessidade de uma intervenção cirúrgica de emergência.

O SR. ADALBERTO DAROS - Eu concordo com V. Exa. e vou deixar como está, porque eu acredito que se o nobre Superintendente do IPE estivesse em estado de coma, naturalmente não podia ter comunicado o fato. Agora eu vou dizer ao Sr. Deputado, que esta Senhora a que me referi, também não comunicou porque teve a perna amputada e o IPE simplesmente não lhe pagou o reembolso.

O Sr. Erondy Silvério - Nobre Deputado, eu estou em gênero, número e grau com V. Exa. Não estou aqui para defender atos desumanos de quem quer que seja. Se isto aconteceu com esta funcionária, foi um ato de profunda desumanidade. Eu não estou absolutamente defendendo o Superintendente do IPE com relação a este caso.

O Sr. Luiz Roberto Soares - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Adalberto Daros, o Deputado Erondy Silvério de certa forma, já sintetizou a posição oficial que irá tomar esta bancada com referência às denúncias que V. Exa. faz hoje, afora os dois requerimentos que complementam estas denúncias. E evidentemente, tanto mais interessado na apuração da veracidade destas denúncias, de V. Exa. estou eu e toda a nossa bancada. E eu me comprometo com V. Exa., como já fiz de outra feita a exaustivamente procurar conhecer e saber da exatidão ou não de tais denúncias, e se elas por ventura tiverem adequação à realidade, tenha certeza V. Exa., que terá, não só minha, mas a solidariedade de toda a nossa bancada. É evidente que nós não iríamos nos solidarizar com atos desumanos, ou desonestos, ou ilegais que eventualmente tenham sido praticados à sombra e com a complacência da Direção Geral.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS - Agradeço o aparte de V. Exa. e, para encerrar, uma vez que, repito a V. Exa. e a toda a Casa que, se este Poder, o Poder Legislativo, a quem pertencemos deve fiscalizar os atos do Executivo, eu quero ter sempre o prazer de ser utilizado por pessoas que mandem denúncias para que eu venha a esta tribuna, mostrar estas denúncias. A obrigação do Parlamentar, nesta Casa, é levar ao conhecimento popular e principalmente ao conhecimento daquele que dirige o Estado, o Sr. Governador, e a esta Casa principalmente. Se verídica a denúncia, que seja atingido aquele que a cometeu; se inocente, que se pegue quem fez a denúncia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Restam doze minutos para o término do Grande Expediente. A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. (Pausa).

Não estando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. (Pausa).

Ausente o Sr. Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Havendo declinado, consulto se o Sr. Deputado Erondy Silvério deseja falar nos doze minutos restantes no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O tempo que nos é concedido é muito curto, mas, por gentileza do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo e da Arena nesta Casa, vou usar alguns minutos do tempo destinado à Liderança da Arena.

Tinha dois assuntos para tratar: o primeiro, é um assunto muito importante e deixarei para outra oportunidade. Refere-se ao comparecimento, hoje, à Câmara Federal, do Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que vai tentar explicar aos representantes do Povo, no Congresso Nacional, o inexplicável.

O porquê do Governo ter gasto apenas no primeiro semestre do corrente ano, cerca de 10 bilhões de cruzeiros para socorrer 152 bancos e financeiras particulares, à beira da falência.

E esse dinheiro, reconhece o Sr. Ministro da Fazenda, é dinheiro perdido, porque não há como fazê-lo retornar aos cofres da Nação.

Diante disso, fico mesmo sem saber o que fazer, acho mesmo que devo encerrar nosso pronunciamento hoje.

A revelação do Sr. Ministro da Fazenda é grave, tão brutal, tão chocante, que sufoca qualquer reação.

Quando sabemos que com esses 10 bilhões de cruzeiros, poderíamos dotar Curitiba de água e uma nova rede de esgoto para toda a população curitibana.

Dez milhões de cruzeiros representam quase três vezes a quantia que o Governo Federal vai investir neste ano, no setor de energia elétrica.

Dez milhões de cruzeiros representam o total que o Governo investiu no setor da agricultura, neste primeiro semestre do ano em curso, nesse setor tão importante para esta Nação.

A matéria é muito extensa e a comentaremos numa outra oportunidade, após nos inteirmos da justificativa que dará hoje, o Sr. Ministro da Fazenda, aos Representantes do Congresso Nacional.

O segundo assunto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é que entendo este Parlamento como uma Casa de Debates, não como uma sala de audiências, onde todos possam intervir no oferecimento de opiniões.

‘Por isso, valorizo, e muito, o recurso regimental do aparte e lamento sempre o cerceamento da oportunidade de apartear, usado na sessão de anteontem, pelo nobre Deputado Muggiati Filho, de cuja figura pública sou há muito admirador, principalmente pelo habitual comedimento com que se pauteia seus pronunciamentos, sempre embasados em seus conhecimentos jurídicos. Mas, nas últimas sessões, quando comentava a viagem do Sr. Governador à sua região, ele emocionou-se a ponto de me negar um aparte regimental.

O assunto do qual se tratava então, embora esgotado, leva-me a abordá-lo novamente, face à impossibilidade de discutir na ocasião, matéria que considero de suma importância para o Estado, ou seja, a interiorização do Governo.

Vemos, algumas vezes, e lamentamos o distanciamento de várias áreas do Poder e o Povo; fato que se agrava com as eleições indiretas para cargos executivos. Por isso, lutei sempre, nesta Casa e em toda minha vida pública, por eleições diretas para todos os cargos executivos.

Pois entendo que o candidato se alimenta com o pensamento de sua comunidade, em sua campanha eleitoral, e sai dela com uma visão perfeita, uma visão mais rica, das necessidades de cada núcleo comunitário.

Não existe, a meu ver, fonte melhor de conhecimento, ao administrador, do que percorrer e ver a área territorial que ele gerencia.

Mesmo porque sempre se disse que é difícil uma boa administração para o Brasil, face à sua grande extensão territorial. Os contatos entre governantes e governados tornam-se hoje difíceis, exigindo dos presidentes e ministros um volume de deslocamento que se transformam em verdadeiras maratonas aéreas.

O maior Presidente que este País já teve, e isto eu queria dizer no aparte e que me foi negado pelo nobre Deputado Muggiati Filho, no meu entendimento foi o saudoso Presidente Juscelino K. de Oliveira. Além da grande administração que ele fez, quebrou a tradição de encastelamento dos governos, caminhando os seus contatos com a comunidade, dirigindo a Nação, administrando a Nação em contato direto com o povo. Por isto governou bem. Por isto fez um grande governo.

E depois de Juscelino eu acho que não se admite mais o retorno ao tempo em que o Imperador nomeava os Vice-Reis para a administração do País dividindo-o em capitanias e os

outros Presidentes governavam a Nação lá do Rio de Janeiro, não sabendo o que acontecia por este País afora.

Então eu acho que cabe aos representantes do povo estimular e não criticar o Governo que vai ao povo, contactar, na informalidade dos gabinetes improvisados, suas necessidades, seus anseios e suas reivindicações.

Não me parece cabível, a crítica de que estes deslocamentos do Governo e sua equipe onerem o erário público, ao contrário, segundo meu entendimento, vamos verificar que há na verdade, uma economia de verbas públicas, com a poupança de viagens de Prefeitos e Vereadores à Capital, para tratarem de assuntos de interesse de suas comunas. É válido, entretanto, presumir, que para um Partido de Oposição perturbe tal prática, visto que o Governo tem oportunidade de mostrar ao vivo as realizações que produz, evitando críticas por omissão ou distorção dos fatos. Agora, para o Partido que se afina com o Governo, é válido também admitir que se credite pela boa administração que vem realizando, sendo o entendimento dos homens do interior, do atual Governador Jayme Canet Júnior.

Se é dado à Oposição articular reações a essas visitas ou a essa prática digamos, programando convenções ou reuniões de seus correligionários, qualquer outro evento para esvaziar as visitas do Governador, eu acho que da mesma forma é legítima a ação da Arena, do Partido que apoia o Governo, usar tais oportunidades para exercer a sua militância.

Eu pergunto, ou pretenderia alguém que baixasse o Governante um decreto proibindo que esse ou aquele Partido tivesse atuação durante a estada de sua equipe em determinada cidade?

Ou se desejaria talvez, que o Governador pedisse a sua exclusão do Partido político ao qual pertença cada vez que viaja?

O Governador e sua equipe não têm o dom da ubiquidade que lhes permita fazer viagem ao interior apenas suas personalidades administrativas, deixando na Capital, escondidos, seus alter-egos partidários. Quando viajam, Governador e equipe, viajam também homens da Arena, e não há como evitar, nem porque protestar.

Se as despesas de ordem partidária estão sendo feitas com verbas públicas, eu acho que o ônus da prova cabe a quem fez tal afirmativa. E, como tal fato constituiria delito, também a imputação não provada caracteriza um ilícito penal, sujeitando-se a processo seu autor leviano.

Não vemos sob que outro ângulo abordar o assunto. Fosse, entretanto, o governante um membro militante de Partido que não é meu, ainda assim eu aplaudiria qualquer atitude de interiorização.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Só um instante, já concederei o aparte a V. Exa.

Porque é lá, eu acho que é lá no interior, que se desenrola a saga econômica e social paranaense, lá está a maior demanda de ações dos governantes.

Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado Erondy Silvério, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela sua definição, pelo seu posicionamento quanto às eleições diretas, pensamento de resto, desta Casa, já o conheço, e que é posição de verdadeiros democratas desta terra, de ambos os partidos e mesmo num mesmo partido.

Mas, Sr. Deputado, parece-me que não estamos falando a mesma linguagem e não estamos nos entendendo.

As críticas que têm sido feitas nesta Casa às viagens do Sr. Governador, não têm sido pelo fato de o Sr. Governador se deslocar pelo interior, e eu mesmo, aqui, no ano passado, defendi até que o Sr. Presidente da República fizesse política e viesse até às cidades do interior fazer política, porque isto é da democracia.

Aqui mesmo, há poucos dias, após a viagem do Sr. Governador a Francisco Beltrão, fui à tribuna e defendi as idas do Sr. Governador ao Interior. O que criticávamos na época, era a verdadeira máfia bajulatória que se forma em torno do Sr. Governador, não permitindo que ele realmente sinta a realidade. E o que o Sr. Deputado Muggiati Filho criticou foi o uso, para nós indevido, das viagens do Sr. Governador, ou seja, o uso político que se faz.

O Sr. mesmo, Deputado, colocou muito bem: há uma grande diferença entre Governador e Gerente — nós estamos vivendo com Gerente. O Governador, de fato, é aquele que bebe nas urnas, a vontade popular, é aquele que vai, antes, saber das necessidades do Estado; Gerente, é aquele que vai depois saber das necessidades do Estado, não bebeu na vida política, como beberam alguns Governadores hoje Gerentes, como é o caso do Rio Grande do Sul, o Governador de Minas Gerais hoje até candidato a Presidente da República, como é o caso do Governador do pequenino Estado de Alagoas que está sendo, em todos os jornais, ouvido por suas opiniões políticas.

E o nosso Estado, quarto Estado da Federação, não é ouvido e nem cheirado.

Tivemos o problema do soja, e tivemos que nos contentar com o que dizia o Governador do Rio Grande do Sul, que teve coragem de dizer que não concordava, e o nosso Governador embarcou na canoa, depois que ela já estava furada.

A representação deste Estado está implícita também nas críticas feitas pela Oposição, à atuação do Sr. Governador. Defendemos a ida do Sr. Governador ao interior, mas também queremos que ele represente realmente este Estado, como paranaense, como Governador e não como Gerente, e não queremos que se incorra no erro de usar estas viagens para fazer políticos. Não podemos admitir que o Sr. Governador faça, de fato, o que ele disse em entrevista à revista "Veja" no ano passado: que aos Prefeitos do MDB ele trataria como já vinha tratando, os que eram então Prefeitos — "não os conheço, e quando vou às suas cidades nem os visito". São palavras textuais do Sr. Governador, segundo a Revista VEJA, trancadas em outubro do ano passado.

Veja, Sr. Deputado, nós que comungamos dos mesmos princípios democráticos: não é possível dividirmos o Estado, em homens de um lado, e do outro. O interesse público deve estar acima disto, e infelizmente, estas acusações, acusações que inclusive este Deputado fez desta tribuna de que, 4 Prefeitos, por serem do MDB, não tiveram seus convênios do Pró-Safrá, assinados, em Francisco Beltrão; estas não foram contestadas desta tribuna.

Não estes esclarecimentos que nós gostaríamos de ouvir que a nobre bancada da Arena fizesse. Desculpe meu entender, mas esses são os fatos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O aparte de V. Exa. sempre é uma honra. E com a habilidade que lhe é peculiar, V. Exa. procura tangenciar o assunto, fazendo uma definição de um conceito que emiti aqui, como se o Governador escolhido pelo sistema em que são escolhidos hoje todos os Governadores no País, inclusive os Governadores que pertencem ao Partido de V. Exa. pela forma indireta, prática aceita inclusive pelo Partido de V. Exa., não quer dizer que o Governador escolhido pela forma indireta, não seja um Governador de fato; é. Mas ele não é nada mais — qualquer Governador, tanto o eleito pelo voto direto como o escolhido pelo voto indireto; ele nada mais é do que um gerente do território em que ele atua; porque o seu mandato é por tempo certo. E a sua administração tem o caráter daquela que o gerente exerce na empresa privada. Foi este o conceito que eu fiz.

Agora, quanto às acusações que V. Exa. faz de que os convênios com os prefeitos do MDB não são respeitados, é de veras lamentável; porque eu acho que não pode haver discriminação na administração pública. Porque os prefeitos do MDB

também administram a coisa pública e representam o povo legitimamente eleitos pelo voto popular. Eu não tive conhecimento desses fatos, portanto não posso confirmar ou desmentir a V. Exa.

Eu apenas vim aqui em defesa de uma tese. Uma tese que eu acho que seja o Sr. Jayme Canet Júnior ou qualquer outro tipo que ocupe o seu lugar ou que já ocupou anteriormente, que um Governo não pode viver encastelado; que um Governo não pode deixar de ir ao povo, sentir as suas aspirações, sentir as suas necessidades e governar o Estado com a mais absoluta isenção. Seja o Prefeito do MDB, seja o Prefeito da Arena. Eu defendo aqui essa tese.

Como também há uma particularidade que os senhores membros da Oposição desta Casa aqui criticam, são os excessos dessas viagens. Também há o outro lado da medalha. Eu acho que essas viagens se constituem num imenso sacrifício pessoal para o Governo, deslocar-se para o interior, afastando-se a cada fim de semana da família, também é um sacrifício pessoal. Temos que levar em conta a condição humana do Governador, seja ele Canet Júnior, ou qualquer outro.

Daí a minha defesa, e venho a esta tribuna hoje para falar sobre este assunto, porque não me foi permitido, naquele breve aparte que quis dar ao nobre Deputado Muggiati Filho, que eu repito mais uma vez, respeito como um dos parlamentares mais conscientes que já passaram por este Poder Legislativo.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas, Deputado Erondy Silvério, agradecendo a V. Exa. pelo seu aparte. Estamos vendo o brilhantismo de V. Exa. na tribuna, e queremos fazer uma referência, sobre os prefeitos da minha região, que fazem parte da gloriosa legenda do Partido da Oposição, o Movimento Democrático Brasileiro.

Apenas para elucidarmos fato de nosso conhecimento: o Prefeito de Jacarezinho, pertencente ao MDB, teve o seu convênio do pró-safrá assinado. Já levou cimento, material para a ponte e óleo. O Prefeito de Nova Fátima, também do MDB, no contrato com o Pró-Safrá, já levou cimento, óleo e material, de acordo com uma determinação do DER, que é o responsável por esta aplicação do dinheiro do povo, em benefício de nosso povo.

O Prefeito da progressista cidade de Santa Mariana, também levou cimento, óleo e está com seus materiais para construção de pontes liberados pelo DER e ainda mais, Sr. Presidente, lavrou também contrato com o INAM para levantar alimentação para o povo daquela região, sem discriminação, se é da ARENA ou do Partido da Oposição. O de Curitiba, também do Movimento Democrático Brasileiro levou, dentro do contrato e das normas do DER, cimento, óleo e materiais para construir suas pontes, dentro do convênio do Pró-Safrá e também, Sr. Presidente, está sendo agraciado pelo contrato do INAM, por estar seu município enquadrado dentro do complexo do Ministério da Saúde, representado pelo Sr. Secretário da Saúde deste Estado, e que muitos Prefeitos da ARENA ainda não levaram, porque seus municípios não foram encaixados...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. que, de uma certa forma, poupa-me o serviço de responder ao aparte do nobre Deputado Deni Schwartz.

Mas, para encerrar, acho que o importante é atender ao paranaense do interior. O relevante é ver, fazer, porque isto chama-se administrar.

Pretender outra forma de procedimento é estimular o encastelamento, a gerência por ouvir dizer, a decisão de oitiva, o impatriótico divórcio entre o Governo e a opinião pública, que é a opinião da maioria.

Antes de deixar a tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo fazer uma menção, uma menção e, ao mesmo tempo, as

minhas congratulações pessoais ao nobre Secretário da Educação, Dr. Borsari Neto, pela instalação hoje do 8º Concurso Nacional de Contos. Uma prática sadia que foi iniciativa do então Governador Paulo Pimentel, e que tem trazido imensos dividendos no campo cultural ao Paraná.

O Paraná projeta-se realmente no campo da literatura, no campo da cultura, através deste concurso que hoje já é um concurso de ressonância até internacional, embora a participação seja apenas para autores nacionais, mas a repercussão que alcançou até no exterior, já chegou ao meu conhecimento, através de publicações.

Portanto esta prática nunca deve ser esquecida por esta Casa e deve ser louvada como incentivo aos homens públicos, e continue como iniciativa que visa aprimorar, acima de tudo, a cultura, e premiar o autor nacional.

Sr. Presidente, nobres Deputados, erá isso que eu tinha a dizer. — (Com revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário destinado ao Movimento Democrático Brasileiro, a Presidência autorizada pelo Sr. Deputado Líder, concede a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

○ SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este, o horário da Liderança, é um dos instantes nobres desta Assembleia, quando as grandes causas e as grandes questões devam vir a ser levantadas, discutidas, questionadas. O assunto que deve trazer ao conhecimento da Casa, parece-me aí se encaixar, porque não há questão mais importante, que o ser humano, mormente quando é agredido, atingido, esbofetado na sua honra e na sua dignidade.

Procurarei historiar, Senhores Deputados.

Curitiba, como Capital deste Estado, como cidade Grande, tornou-se desde algum tempo já, polarizadora de correntes migratórias.

Além do seu crescimento normal, para aqui têm vindo novos contingentes humanos e isto é natural nesse processo de aceleração da caminhada do homem para a cidade, tornando-se Curitiba, receptora de um número cada vez maior e mais acentuado de criaturas vindas de todos os lados, buscando uma oportunidade para encontrar vivência, na dignidade e na honra.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade não preparada e, aqui não quero levantar outras questões nem questionar outros problemas mas, despreparada a cidade para se adequar a esta situação, vive hoje em dia uma série de outros problemas sociais, decorrentes dessa inchação populacional.

A questão habitacional é, entre elas, uma das mais graves, mais sérias e que deveria merecer a atenção mais cuidadosa das autoridades e do Poder Público. A falta de casas e a falta de recursos para obtê-las ou para alugá-las, faz com que o homem e as famílias busquem, desesperadamente, encontrar uma maneira de se agasalhar sob um teto e, assim, tem sido feito.

Há muitos anos, Senhores, há mais de sete, num bairro de Curitiba, Santa Quitéria, possuindo lá a Prefeitura Municipal uma extensa área de terras, permitiu que lá se instalassem algumas casas, construídas com os recursos dos moradores. Ao longo do tempo, à permissão do Poder Público se aliou o estímulo para que isto ocorresse. Evidentemente, que incapaz de resolver o problema em sua causa, buscou minimizar os efeitos. O núcleo que ali insipientemente se estabelecera, cresceu, progrediu e prosperou até e, hoje lá se encontra uma considerável parcela de nossa população — obreira, trabalhadora, digna e decente, sofrendo, evidentemente, as agruras de uma estrutura econômica constrangedora mas, lá se encontra com o estímulo, com a permissão da autoridade.

Passados esses anos todos, agora, de sobressalto, sem que nada esclareça, é aquela população daquele local, agredida e vilipendiada por uma ação violenta e injustificável da autoridade pública do Estado e do Município.

Assisti, ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados e me

acompanhou nesta visita o eminente Deputado Adalberto Daros, assisti, ontem, um dos quadros mais chocantes, mais degradantes que pude ver em toda minha vida pública. Centenas e centenas de pessoas — donas de casas, chefes de família, jovens e crianças, num espetáculo degradante, posso dizer, atônitos ante a ação da autoridade.

Busquei, se buscou saber o que acontecia e qual a intenção; não há explicação, nada se informa. Por isso venho trazer a denúncia à Casa e pedir da Casa uma providência, em defesa do homem simples, humilde, pobre mas, decente, mas trabalhador e sei que aqui haverá esta denúncia agora semear, de frutificar e de colher dos eminentes Deputados acima das siglas, haverá de colher a fraternidade, haverá de colher o apoio.

Sr. Presidente, ontem a toda poderosa Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que aliás está a bater à nossa porta, mais uma vez, para tentar conquistar desta Casa autorização para, mais uma vez, buscar bilhões de cruzeiros, milhões de dólares, numa linguagem autossuante, fato aliás já ocorrido há pouco tempo ou a menos de dois anos, quando daqui levou também autorização para emprestar e emprestou cerca de três bilhões de cruzeiros. A toda poderosa COPEL das grandes obras, dos grandes projetos, que é rotulada aqui como orgulho deste Estado, a acintosa COPEL dos helicópteros que voam por este Estado, esta mesma COPEL inumana, procedeu ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o corte do abastecimento de energia elétrica de mais de cerca de trezentas casas naquele local.

Não afirmo o número exato, não sei se cresceu hoje, atingindo uma população que se alteia a duas mil pessoas aproximadamente. Buscou-se saber se era apenas um relacionamento comercial entre o usuário que não cumpria com o seu dever, e portanto recebia o corte como castigo legal.

Não! Todos, humildes e pobres, rigorosamente em dia com as suas obrigações junto à Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Mas vieram outras obrigações e outras denúncias.

Seguindo os passos da COPEL, se pretende hoje ou mais na frente, o corte do abastecimento de água e se insinua num amedrontamento inaceitável, que se estes instrumentos não forem capazes de retirar dali esta população, os tratores e o fogo farão o desalojamento.

Não sei Senhores como aceitar sem repulsa, sem indignação o que está ocorrendo e o que assisti. Por isso, trago a denúncia à Casa e por isso busco da Casa...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é claro que esta denúncia tem efetivamente um grande impasse. Posso afirmar que esta bancada não se solidarizaria com nenhuma atitude ou comportamento desumano. Todavia, V. Exa. por certo concordará comigo e eu pediria a V. Exa. que, se possível senão hoje ou em outra data, precisasse exatamente qual a efetiva situação e qual a efetiva causa. Porque pode ser, eu não sei, que isso decorra de um procedimento judicial. O proprietário pode estar com mandado judicial, no sentido de afastar esta população que pudesse eventualmente estar ocupando ilegalmente um espaço de terra.

Enfim, eu teria necessidade para dar a minha opinião e a minha resposta oficial, que V. Exa. precisasse com a maior exatidão qual a efetiva e completa situação, e inclusive delimitasse geograficamente onde precisamente no bairro de Santa Quitéria se deu essa operação chocante que V. Exa., dando mostras de ser um zeloso Parlamentar, denuncia, neste momento.

Eu só queria fazer um reparo, quanto à uma colocação não muito justa de V. Exa., que colocou, pluralizou helicópteros. Na realidade, a COPEL — ao que tenho conhecimento — aluga um helicóptero que é a única maneira correta e técnica de se fazer a verificação de suas linhas.

De maneira que esse procedimento não tem nada de anormal e muito menos se trata de um "luxo copeliano". É uma

exigência até técnica que as empresas que, como a COPEL, fornecem e geram energia elétrica, têm necessidade.

Mas, de qualquer maneira, quero que V. Exa. saiba que não me anima nenhum propósito de contestar por contestar, se sua denúncia realmente tiver o alcance e nela for apurado um ato de injustiça, ilegalidade, claro que V. Exa. tem previamente, "a priori", a inteira solidariedade de nossa bancada. Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Deputado, sempre me honra o aparte de V. Exa.

Procurarei responder por partes, aceitando a corrigenda com relação ao "helicópteros" e colocando-o no singular. O que não lhe retira a condição de acintoso esbanjamento. Aliás, helicóptero que o Paraná conheceu, há poucos meses atrás por um outro nome, quando tinha como passageiro o ilustre Governador. E o Paraná inteiro o batizou de "aviação de rosca", alugado, empregado e pago pela COPEL.

Como V. Exa., tenho também dúvidas sobre as razões que levaram a COPEL e estariam levando outros órgãos a proceder assim.

Por isso, aqui estou para propor à Casa alguma providência. Quanto à localização, eminente Deputado, é exatamente nas áreas pertencentes à Prefeitura Municipal de Curitiba.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Enéas Faria, gostei do preâmbulo de seu pronunciamento e estou admirando sua coragem quando denuncia, ao Parlamento fatos que poucos talvez tivessem a coragem de denunciar.

V. Exa. disse, de início que usava o horário régio deste Parlamento para denunciar fatos magistralíssimos, porque envolveu a pessoa humana. Para, posteriormete, denunciar que esse "dragão oficial" que consome nas labaredas de seu poder, a economia da população inteira, não só de Curitiba, como também do Paraná, e lamenta-se saber, nesta oportunidade, de público, que a COPEL tenha cortado o fornecimento de luz a trabalhadores de todas as áreas, as mais humildes da Capital, como se fosse uma medida extra-judicial, para extirpar dali centenas de famílias que, somadas, poderão elevar a 2 ou 3 mil pessoas.

Casos como esse são crimes mais característicos que o famoso "rio do Governador Lacerda" de saudosa memória, que os jornais denunciavam que ali se atiravam mendigos para poder se recuperar a área de trânsito do próprio Governo.

A COPEL, há poucos dias, submeteu Curitiba inteira a pagar dois fornecimentos de luz em apenas 30 dias. E o povo aceitou. A COPEL mantém, através de todos os canais de televisão de Curitiba, propaganda. Propaganda cara, evidentemente, porque é propaganda televisada, num sistema de insinuação à miserabilidade econômica da maioria da população de Curitiba e do Paraná, para que se leve dinheiro, dinheiro e mais dinheiro.

A COPEL que já esteve aqui, nesta Casa, através de seu Presidente, para arrancar a autorização dos Srs. Parlamentares para empréstimo de milhões de cruzeiros, aqui estará, dentro de poucos dias, para proceder da mesma forma.

Essa mesma COPEL desumana, como desumano são os outros departamentos fornecedores de serviços dessa estrutura de Governo, vai desalojar crianças, pessoas doentes, paupérrimos e trabalhadores.

Isto é, acima de tudo, nobre Deputado, a máscara de vergonha de um sistema de Governo que não entende que povo é a parte principal e precípua de um Estado.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço eminente Deputado, o aparte com que V. Exa. me honrou.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos)

A Presidência, a título de informação, adverte que V. Exa. subiu à tribuna às 16,08 minutos, são 16,20 minutos no relógio do Presidente, decorridos 17 minutos, 2 além do tempo regimentalmente cedido ao MDB. Todavia, lhe confere mais dois minutos para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, Sr. Presidente, e lamento ter ultrapassado o tempo regimental. Já porque se escasseia e já porque terminou, vou me furtar à leitura dos termos preambulares do requerimento que tenho a trazer à consideração da Casa porque dizem em outras palavras, ou nas mesmas palavras que acabei de dizer.

E me fixo, Sr. Presidente, apenas no que efetivamente se requer e diria ainda que, para informar à Casa, ao que parece, pretende a Prefeitura de Curitiba reaver aquela área, e usa de tal instrumental de força e de violência para atingir o seu objetivo, quando se esperava e quando se espera que resida no Poder Público Municipal, um pouco de sentimento de fraternidade, um pouco de sentimento de humanidade e um pouco de sentimento de administração. (Lê) ; "Senhor Presidente.

Em Santa Quitéria, bairro de Curitiba, possui a Prefeitura Municipal uma extensa área de terra que, por ociosa, por não ter recebido qualquer função urbanística mais acentuada, não tendo, até hoje, sido incluída em planejamentos ou programas de atuação da municipalidade — prestou-se, pelo menos, a atender um dos mais graves problemas que atinge a cidade: a questão habitacional.

Na área pertencente ao Poder Público Municipal, com a devida ciência das autoridades responsáveis, foram sendo, ao longo do tempo, instaladas casas, construídas e tornadas habitáveis por seus moradores.

Esse processo se iniciou há mais de sete anos, e hoje, naquele local se situa, nas condições ditadas por vários condicionamentos, um populoso núcleo residencial.

Há que se juntar a isso que, no decorrer desses anos, os próprios órgãos governamentais, implantaram ali alguns melhoramentos, tais como ruas, iluminação pública, rede d'água, iluminação domiciliar, o que veio a dar àquele núcleo condições, pelo menos elementares, de vida, a par do que, por iniciativa particular, se estabeleceu uma razoável estrutura, que assim, passou a dar suporte a uma razoável situação.

Agora, de inopino, sem alertas, sem explicações, sorrateiramente, transmuta-se a situação!

Os mesmos Poderes Públicos que, incapazes de solucionar os graves problemas que afligem a população, permitindo, que se agravem e se aprofundem; os mesmos Poderes Públicos que, impotentes para alcançar as causas geradoras das aflições sociais, atuam, superficialmente, na expectativa de remover alguns efeitos; os mesmos Poderes Públicos que, aqui, no caso concreto, permitiram e estimularam a fixação de centenas de famílias, de milhares de pessoas, nas condições descritas, contribuindo, inclusive, para essa fixação com a aplicação de não poucos recursos do erário; esses mesmos Poderes Públicos, depois de tantos anos, voltam-se contra aquela comunidade, utilizando todo o seu instrumental de força, de pressão, de coação, de amedrontamento.

No dia de ontem, a primeira estocada:

Todas as casas ali situadas, servidas, há longo tempo, de energia elétrica, tiveram a iluminação domiciliar "cortada".

O "corte" no fornecimento de energia, seguido da retirada de mais de cem "relógios" — aliás, pagos pelos moradores — atingiu, aproximadamente, cerca de 300 (trezentas) casas. Algumas das quais situadas em propriedade particular, mas atingidas pelo "castigo", em razão de, legalmente, haverem permitido que as instalações de algumas outras tivessem sido feitas a partir das suas.

Com os pagamentos em dia, rigorosamente cumpridas as exigências da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, —

baldados foram os apelos — dramáticos até — para que a COPEL — que nada explicou — tivesse sua ação paralizada, ou postergada, ou pelo menos, elucidada.

A situação, ontem, à noite, quando as famílias se reencontraram em suas casas, após o dia de trabalho e de sacrifício, no sagrado momento em que, unidos os seus membros, a família se fraterniza para a comunhão com o Criador, era inenarravelmente desesperadora.

Donas de casa desalentadas, chefes de família traumatizados, moças vexadas, rapazes indignados, crianças desassistidas, num quadro anti-fraterno e anti-povo, emoldurado pelo cortejo de velas, tudo a criar uma aflição e espectral situação.

Não para aí a sanha dos maltratadores.

Anunciaram, para logo, o "corte" no abastecimento de água.

E, para completar, se isso não se mostrar eficientemente, os tratores e o fogo para desalojar as centenas de seres humanos que lá residem.

O que se pode deduzir, pela ação inicial da COPEL, o anúncio de seguir-lhe os passos a SANEPAR, e o amedrontamento pelo mais que foi insinuado, é que, pretenda, a Prefeitura Municipal de Curitiba, eliminar aquele núcleo populacional.

Não se sabe de planos para a ocupação da área pela Prefeitura, nem se conhecem suas intenções. Presume-se, apenas que — na linguagem dos que manejam a máquina administrativa — se quer "limpar o terreno", como se ali não vivessem criaturas humanas dignas e merecedoras de respeito.

Os que lá vivem, constituem uma comunidade obreira. Homens, mulheres, jovens — todos trabalhando, sofrendo como todos ou até mesmo mais que todos, as injunções de uma conjuntura econômica injusta e insuportável.

Não pretendem e nem querem se eternizar naquele local, mesmo porque, submetendo-se hoje a essa situação, lutam por livrar-se das amarras que os trazem presos a uma vida instável e profundamente constrangedora.

O que pleiteiam — e direito a isso tem — é tão só respeito, que quer significar sejam informados porque tais fatos acontecem e mais o que está por acontecer; que quer significar prazos para que se retirem de lá, com decência; que quer significar colaboração para que o problema possa ser equacionado, com dignidade.

Não se pretende entrar o progresso — aliás merecedor de sério questionamento — da cidade, nem se deseja ativar insatisfações sociais.

O que se quer e se exige é que o ser humano receba do Estado e do Governo — instrumentos criados para servir-lhe — um tratamento condizente com essa condição.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, e através da forma competente:

1 — Formalização de voto de protesto pela atitude adotada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, bem como o envio à sua Direção de expediente, por inteiro teor deste requerimento, para que, com urgência, restabeleça ali o fornecimento de energia elétrica domiciliar;

2 — Remessa de "Pedido de Informações" à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, para que, definitivamente esclareça se existe intensão, ordem ou razões para o "corte" no abastecimento de água às residências situadas naquele local, remetendo-lhe, também, cópia deste expediente;

3 — Solicitação à Prefeitura Municipal de Curitiba para que cesse a violência de sua ação e para que esclareça a situação à luz do envio deste requerimento e das seguintes indagações:

a) Partiu da Prefeitura — como proprietária da área de terreno situada em Santa Quitéria — ordem para o "corte" no fornecimento de luz e água às casas ali localizadas?

b) Pretende a Prefeitura, para uso efetivo, reaver aqueles

terrenos?

c) Em caso afirmativo, informar quais as razões desse procedimento, e que pretende implantar naquela área?

d) Tendo a Prefeitura conhecimento, há anos, da instalação de um núcleo populacional, naquele local, e contribuindo para a sua fixação e crescimento, desejando agora eliminá-lo, esclarecer quando e quais as providências que adotou para permitir, com tempo hábil e com dignidade — a transferência dos moradores, e que colaboração se dispõe a prestar?

e) Essa ação se insere em algum programa oficial, qual? Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1977.

(aa) ENÉAS FARIA e ADALBERTO DAROS"

Penso, Sr. Presidente, que inclusive os termos em que se solicita alguns esclarecimentos neste requerimento, vêm de encontro também à ansia do eminente Líder da bancada da ARENA que quer saber o que está a ocorrer.

Queria, Sr. Presidente, e agora completando a última resposta ao eminente Líder da bancada da ARENA, afirmar que sei e quero ter certeza, de que jamais V. Exa. em especial, e sua bancada em geral, haverão de comprometer solidariedade ao arbítrio, à violência ou à forma indigna de se tratar o ser humano.

Porisso, eminente Deputado, dirijo um apelo a V. Exa., às consciências dos eminentes Deputados que têm assento nesta Casa, para que não se use, porque o caso é urgente e requer uma definição prévia, que não se use do expediente e apelo veementemente, Deputado, para que não se use do expediente regimental postergando a deliberação sobre este requerimento, e que se tenham já e agora, as informações solicitadas.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu apenas lembraria V. Exa., que, se possível, V. Exa. terá as respostas ainda amanhã.

Todavia considero extremo o requerimento de V. Exa., já que coloca "a priori", a COPEL, no banco dos réus, sem antes, evidentemente, dar a ela uma oportunidade de justificação que satisfaça V. Exa., razão pela qual eu já antecipo a V. Exa. que eu pedirei para discutir mas, ao mesmo tempo me comprometo de amanhã mesmo trazer as respostas que V. Exa. pede.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Deputado, eu agradeço a intensão de V. Exa., deixo o requerimento à consideração da Casa, mas volto a afirmar não haverá explicação que satisfaça, quando a atitude consubstancia violência, desrespeito e indignidade.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 07/77, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. E anexo o Projeto de Lei número 08/77, do mesmo autor, e o Projeto de Lei número 61/76, de autoria do Deputado David Federmann, que versam sobre a mesma matéria. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CRH., com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, pelo Substitutivo Geral.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 39/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação, ao Município de Pato Branco os imóveis que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Pela ordem, Sr. Presidente, solicito seja determinada a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – A Presidência defere e solicita, depois de devidamente advertida a Casa, através do som, que o Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam a chamada nominal 37 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente aprovação.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 66/77, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – Em regime de urgência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – (Pela ordem). Sr. Presidente, acho que por uma questão de intervenção do Sr. Deputado Antônio Facci, que pediu verificação de quorum, V. Exa., inadvertidamente, passou o projeto seguinte, sem ter colocado em votação o anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, talvez da parte de V. Exa. há uma interpretação errônea do Regimento. Se o Sr. Deputado Antônio Facci houvesse solicitado na questão de ordem "verificação de votação", a Presidência faltamente teria colocado em votação inversa o Projeto de Lei número 39/77. Todavia, S. Exa. solicitou verificação de constatação de quorum, razão pela qual foi feita a chamada nominal. E a Presidência deu como aprovado o Projeto de Lei número 39/77.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – (Pela ordem). É que nem chegou a ser colocado em votação, Sr. Presidente. É só isso; é só para auxiliá-lo nessa lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Já havia encerrada a fase de discussão. Todavia não há porque a Presidência deixe de voltar a colocar à consideração do Plenário, o Projeto de Lei número 39/77. Tão somente fica como lembrança aos Srs. Deputados que, na oportunidade, regimentalmente, primeiro solicitem verificação de votação e a Presidência fará a constatação de quorum na verificação e, posteriormente, o Deputado poderá solicitar constatação de quorum. Solicitando a constatação de quorum, a Presidência fatalmente terá que dar como aprovada a matéria que estava sendo objeto de deliberação.

Em votação o Projeto de Lei número 39/77. – APROVADO.

Em discussão o Projeto de Lei número 66/77, de autoria do Deputado Rosário Pitelli. Em regime de urgência. – Em votação. – APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 67/77. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 40/77. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao FUNRURAL, tendo em vista denúncias formuladas por associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, contribuintes do mencionado órgão, dos Municípios de São Jorge do Ivaí e Mariluz, no sentido de que os trabalhadores rurais consigam melhor atendimento por parte dos hospitais de seus municípios. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos funcionários da Câmara Municipal de Cascavel,

pela eficiência de seus serviços, entre as diversas atividades desenvolvidas pelos servidores, destaca-se a recomposição da história da Câmara. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando a dilatação do prazo dos trabalhos da Comissão Especial, para apurar denúncias na Penitenciária do Ahú. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo atenção para os problemas que surgem no necrotério do Instituto Médico Legal, e em diversos nosocomios desta Capital, e possivelmente, do interior do Estado, onde a ganância de Empresas Funerárias, aliadas a irresponsabilidade de alguns funcionários, vêm causando criminosos transtornos para a liberação de corpos e sepultamento de cadáveres. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando o envio ao Sr. Governador do Estado, das notas taquigráficas do pronunciamento, bem como das fotocópias numeradas e rubricadas em anexo.

O SR. GABRIEL MANOEL – Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, para que, perante o Poder Legislativo esclareça as denúncias enviadas por funcionária daquele órgão previdenciário.

O SR. GABRIEL MANOEL – Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, com a íntegra da denúncia formalizada na data de hoje, nesta Casa, e que dá conta do menosprezo e da desatenção do Instituto de Identificação, para com os pretendentes aos documentos por ele expedidos e, principalmente para com os estrangeiros. – Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, solicitando sejam enviados expedientes à COPEL, SANEPAR e Prefeitura Municipal, no sentido de seja dado melhor atendimento ao bairro Santa Quitéria. – Em discussão.
O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 613/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7943, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula número 524, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 17 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 614/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7929, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido a Portaria número 582/77, de 03 de agosto de 1977, na parte que refere-se ao funcionário NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, matrícula número 544, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 615/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7925, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula número 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquigrafia, do Grupo Ocupacional de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral